



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL/INDENIZAÇÃO

Nome social (a ser preenchido pelo(a) requerente que se identifica como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n° 270/2018):

Nome civil: _____

Documento de identidade (RG) n°: _____

Órgão expedidor: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Telefone(s) de contato com DDD: _____

Endereço: _____

Tendo em vista o disposto nos arts. 112 a 114 da Lei n° 20.756/2020, **COMUNICO O ÓBITO** do(a) servidor(a) _____

_____, matrícula n° _____ e **SOLICITO** o pagamento de:

AUXÍLIO-FUNERAL (quando o funeral tiver sido custeado por **familiar**¹). Neste caso, especificar o respectivo vínculo: _____

INDENIZAÇÃO (quando o funeral tiver sido custeado por **terceiro**)

Para tanto, indico a seguinte conta bancária de minha titularidade:

Banco: _____ Código n°: _____

Agência n°: _____ Conta n°: _____ **corrente** **poupança**

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) requerente

O **auxílio-funeral**, previsto nos arts. 112 a 114 da Lei n° 20.756/2020, será pago à **pessoa da família** que houver custeado o funeral do(a) servidor(a) falecido(a), ainda que aposentado(a) ou em disponibilidade, em valor correspondente a 5 (cinco) vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Sendo custeado por **terceiro**, ele será **indenizado**.

1) De acordo com o art. 277 da Lei n° 20.756/2020, "Para os efeitos desta Lei, consideram-se da família do servidor o cônjuge ou o companheiro, os filhos e, na forma da legislação federal sobre imposto de renda da pessoa física, os que forem seus dependentes econômicos".

Documentação necessária para solicitar auxílio-funeral/indenização

- Certidão de óbito do(a) servidor(a) falecido(a);
- Documentos pessoais do(a) requerente, tais como: carteira de identidade, CNH, CPF etc;
- Comprovante sobre a existência de vínculo familiar entre o(a) requerente e o(a) servidor(a) falecido(a), tais como: certidão de casamento com averbação do óbito, se eram casados um com o outro; se viviam em união estável: escritura pública ou sentença declaratória de reconhecimento de união estável registrada em cartório (art. 2° do Provimento CNJ n° 37/2014); certidão de nascimento do(a) requerente etc;
- Nota fiscal comprovando as despesas realizadas pelo(a) próprio(a) requerente com o custeio do funeral.